

Assinala-se dez anos desde a entrada em vigor da lei que permitiu a despenalização do aborto

Aborto tem vindo a diminuir na Região



Após a despenalização da IVG, 2011 foi o ano em que se registou o maior número de abortos legais na Madeira. Desde então o número tem caído.

A11 de Fevereiro de 2007 a despenalização do aborto por opção da mulher, nas dez primeiras semanas de gravidez, foi levada a referendo e os portugueses fizeram a sua escolha. O 'Sim' venceu com 59,25% (na Madeira ganhou o 'Não' com 65% dos votos). Portugal deu um passo em frente e juntou-se assim à maioria de países europeus que já permitiam esta opção. Antes disso, o aborto só era permitido se a mulher tivesse sido violada ou em caso de

doença materna ou fetal grave.

A lei entrou em vigor a 15 de Julho de 2007 em todo o país, à exceção da Madeira - a lei despenalizadora só entrou em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Este ano assinala-se uma década da despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) e os dados são claros: há cada vez menos abortos em Portugal, segundo a Direção Geral de Saúde (DGS).

Em matéria regional, de acordo com os dados do INE/DREM (Estatísticas da Saúde da Região Autónoma da Madeira) de 2001 a 2007 – ano do referendo – os números de abortos anuais efetuados legalmente nos hospitais da Madeira nunca passaram das 20 interrupções. O 'boom' deu-se em 2008. Mas primeiro recuemos.

No início dos anos 2000, particularmente em 2001, 16 mulheres realizaram abortos na Região, número que oscilou entre as 15 e as 17 mulheres por ano, nos anos seguintes (conforme pode ver na tabela). Antes da legalização, 2006 foi o ano em que mais mulheres madeirenses abortaram (20). Nos oito anos de dados disponíveis desde que a lei vigora, o número de abortos oscilou entre as cerca de 200 interrupções da gravidez e as 270.

No primeiro mês de aplicação da lei na Madeira, em Janeiro de 2008, cinco mulheres interromperam a gravidez, mas catorze grávidas recorreram à consulta no serviço de Obstetrícia e Ginecologia do Hospital do dr. Nélío Mendonça com o intuito de abortar.

O ano com mais IVG foi 2011 (273 grávidas madeirenses) e desde aí, nos últimos anos, o número de abortos tem vindo a diminuir na Região e a tendência é de continuar, a par do que acontece no continente. No referendo realizado em 2007, na Madeira ganhou o 'Não' ao aborto com 65% dos votos.

VIOLANTE MATOS – VOZ DO SIM AO ABORTO

Foi uma das vozes ativas da despenalização do aborto em 2007. Violante Matos recorda que a IVG é uma questão civilizacional e nunca não teve nada a ver com o ato de abortar em si. "Dados anteriores, em termos de número de abortos realizados, são incomparáveis porque eram valores que ninguém conhecia, na medida em que eram abortos ilegais. A despenalização do aborto foi enquadrada num projeto de procurar acompanhamento e de procurar aconselhamento junto das entidades competentes. E aquilo que acontece é que essas funções de acompanhamento e de prevenção têm sido bem conseguidas. Foi uma boa luta e é uma questão civilizacional determinante. Isto não tem nada a ver com o ato em si. Isso nunca foi colocado, senão de uma forma tendenciosa ao dizerem que havia os que estão contra o aborto e os que estavam a favor. Essa afirmação sempre foi pouco honesta porque o que estava em causa não era isso. O que estava em causa era a despenalização e possibilitar a

existência de acompanhamento e, por outro lado, criar condições para que pudesse até serem evitados abortos que é exatamente aquilo que, pelos vistos, também se conseguiu.”

MENOS ABORTOS EM PORTUGAL DESDE 2011

Há uma clara tendência para a diminuição dos números de abortos em Portugal, segundo os dados oficiais da Direção Geral da Saúde. A estatística referente ao ano de 2016 ainda não está disponível para consulta, mas os dados de 2008 a 2015 mostram que tem havido menos interrupções da gravidez a partir de 2011. Nesse ano houve 19.921 abortos no país.

O ano em que o número de IVG é mais baixo desde a introdução da lei foi 2015, tendo sido feitas 15.873 interrupções por decisão da mulher. Menos 1,9% do que em 2014. Se tivermos em conta o número de gravidezes interrompidas no primeiro ano da lei (18.607 em 2008), hoje fazem-se menos de 10% dos abortos.

Em termos de ocupação profissional, dados mostram que 20,4% das mulheres que fazem abortos são desempregadas, seguindo-se as trabalhadoras não qualificadas (18,3%). As grávidas estudantes representam 16,5% e cerca de 95% das mulheres que optaram por um aborto acabaram por escolher depois um método contraceutivo.

Do total, 70% das mulheres que recorrem à interrupção voluntária da gravidez nunca tinha feito um aborto antes e 70% dos abortos são feitos através de medicação, sem haver a necessidade de cirurgia.

Segundo dados que foram fornecidos pelo Infarmed à agência Lusa em julho, os hospitais portugueses autorizados para a realização de abortos adquiriram 134.564 comprimidos de mifepristona nos últimos dez anos, desde que a interrupção da gravidez foi despenalizada. Esta é conhecida como ‘pílula abortiva’

500 PORTUGUESAS ABORTAM EM ESPANHA POR ANO

Pela questão da privacidade e por já terem ultrapassado o prazo legal de interrupção, cerca de 500 portuguesas vão anualmente a Espanha para realizar um aborto.

No país vizinho, a interrupção da gravidez a pedido da mulher é permitida até às 14 semanas e segundo a Associação de Clínicas Acreditadas para a Interrupção da Gravidez de Espanha, outra das razões que levam as mulheres portuguesas a abortar em clínicas espanholas é a confidencialidade que acreditam conseguir noutro país. A associação estima que, anualmente, 400 portuguesas abortem em clínicas situadas em Badajoz, 60 em estabelecimentos na Galiza, 26 em Huelva e entre duas a três em Valladolid.

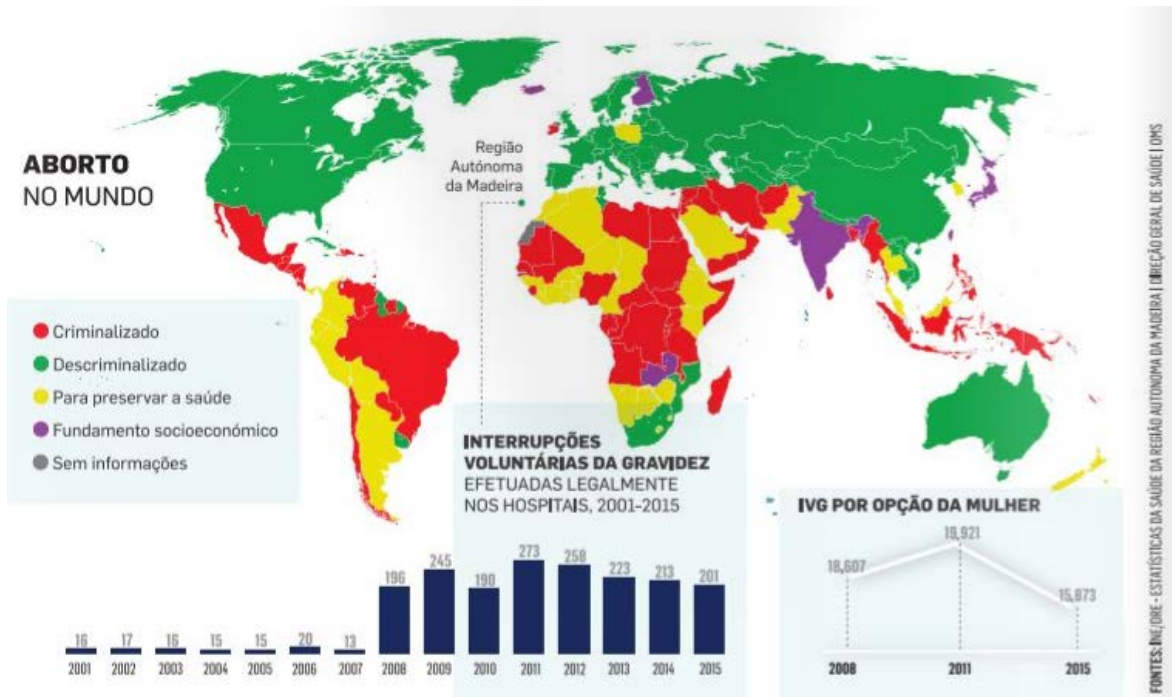
RICARDO VIEIRA – VOZ DO NÃO AO ABORTO

Ricardo Vieira foi uma das vozes contra a interrupção voluntária da gravidez. Dez anos mais tarde, afirma que há promessas que ficaram por cumprir. “Na altura houve um compromisso das pessoas que defendiam o ‘sim’, de que se iriam fazer campanhas para evitar o recurso a esse meio de interrupção da gravidez, que para mim é sempre o fim de uma vida. Anunciaram que iam fazer campanhas de apoio à natalidade, a favor da adoção de forma a evitar que acontecessem casos de aborto. Essa matéria não foi minimamente realizada. A única coisa realmente feita foi a despenalização e disponibilização dos serviços de saúde públicos, pagos por nós, para que se interrompesse a gravidez. O referendo foi, de alguma forma, viciado por essas promessas. Dizia-se que o tratamento desses assuntos levaria à diminuição de casos. O que se vê é que, já houve anos piores do que outros, mas os últimos estão acima da média, o que significa que não houve uma quebra.”

ERRADICAÇÃO DE MORTES POR ABORTO ILEGAL EM PORTUGAL Todos os anos os abortos clandestinos provocam a morte a 47 mil mulheres em todo o mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Em Portugal, dados da Sociedade Portuguesa de Contraceção dão conta que entre 2002 e 2007, catorze grávidas

morreram devido ao aborto ilegais, enquanto que de 2008 a 2012 registou-se apenas um caso. Desde 2012 que não se verifica mais nenhuma morte ligada ao aborto ilegal em Portugal.

Um relatório da DGS dá conta ainda que foram-se reduzindo as complicações pelo aborto ilegal a partir de 2007/2008. Houve uma diminuição significativa tanto do número total de complicações como do número de complicações graves a partir de 2008 e uma diminuição ainda mais nítida a partir de 2013. Portugal tem dos limites mais baixos de idade gestacional para interromper a gravidez em comparação a outros países europeus. Na Espanha, França, Bélgica e Alemanha, por exemplo, a interrupção poderá ter lugar até às 14 semanas de gestação.



In "JM-Madeira"